

Homenagem à categoria

Dias 29 de outubro e 5 de novembro

O SINTUFRJ e a Pró-Reitoria de Pessoal convidam os trabalhadores da UFRJ para dois dias de atividades festivas e reflexões, em comemoração ao Dia do Servidor Público (26 de outubro, ponto facultativo).

Programação

Dia 29/10, no auditório Quinhentão (CCS)

9h30 – Abertura com a presença do reitor, pró-reitor e superintendente de Pessoal, coordenação do SINTUFRJ e apresentação do coral do Programa Humanizar da Codep, que interpretará canções em homenagem aos trabalhadores.

10h30 – Palestra “Ouvidoria e direito públicos”, com a ouvidora-geral da UFRJ, Cristina Riche.

10h30 – Exibição de filme sobre o movimento sindical.

14h – Palestra “O papel do servidor público na atualidade”, com os ex-presidentes do SINTUFRJ João Eduardo Fonseca e Ronaldo Lobão.

16h – Confraternização ao som de música eletrônica dos anos 80.

Dia 5/11, das 9h às 21h, no pilotis da Reitoria

Abertura oficial pelo reitor, PR-4 e SINTUFRJ, e apresentação do coral da Codep.

Das 12h às 14h – Apresentação das oficinas de dança e teatro do Programa Humanizar/Codep.

Das 16h às 16h30 – Oficinas de música e de dança de salão do SINTUFRJ.

17h – Show de música.

Eventos no hall dos elevadores, das 12h às 13h: Oficinas de tango, dança do ventre e dança de salão do Programa Humanizar/Codep/PR-4.



SERVIÇOS – No dia 29, no Quinhentão, a DVST atenderá a categoria para aferição de pressão, glicemia etc.

A oficina de pintura em tecido e patchwork do SINTUFRJ estará em atividade. A equipe do cabeleireiro Edson Freitas

atenderá no stand para corte de cabelo e escova. O Contém 1 Grama fará sobancelha de henna.

SINTUFRJ participa da 6ª Marcha da Classe Trabalhadora, dia 11/11, em Brasília: pela redução da jornada de trabalho. PÁGINA 3

**Assembleia da categoria dia 4 de novembro, às 10h, no hall da Reitoria.
Pauta: eleição de delegados à Plenária Estatutária da Fasubra e assuntos gerais**

DOIS PONTOS

Obras nos canais do Cunha e Fundão

AmaVila quer fiscalizar o andamento do projeto e os gastos. E aguarda início do saneamento da comunidade, que inclui também pavimentação e iluminação pública, prometidas à Reitoria

Quem passa próximo à saída da Cidade Universitária em direção à Linha Amarela visualiza as obras de revitalização e recuperação ambiental dos canais do Cunha e do Fundão. Os imensos bolsões—os chamados geobags—para contenção e desaguamento do lodo já estão dispostos um ao lado do outro e fazem parte do projeto de desassoreamento realizado em parceria entre Secretaria de Estado do Ambiente, Petrobras e UFRJ.

No dia 19, o governador Sérgio Cabral, o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, e o pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento da UFRJ, Carlos Levi, conferiram o andamento das obras que começaram em maio. O projeto prevê o desassoreamento até setembro de 2010 de 7 quilômetros de extensão do Canal do Cunha e dragagem de cerca de 2 milhões de metros cúbicos de sedimentos contaminados do Canal do Fundão.

O governador acredita que, além de modificar um cartão-pos-

tal negativo, o projeto vai melhorar a condição de vida das comunidades vizinhas.

Melhorias para a Vila

Para a comissão de acompanhamento e fiscalização das obras, o projeto vai se traduzir num ambiente melhor para as atividades acadêmicas na Cidade Universitária, além de acabar com o mau cheiro em partes da Ilha do Fundão. As obras também melhorarão as condições de vida das 415 famílias, totalizando cerca de 1.800 pessoas, da Vila Residencial. O saneamento da comunidade é uma das metas previstas no projeto.

“O compromisso que a gente conquistou com a Reitoria foi que uma das contrapartidas do governo estadual e da Petrobras, que financiam o projeto, seria a urbanização da Vila Residencial: saneamento básico, pavimentação e iluminação pública”, informou Marcelo Cantizano, integrante da AmaVila. Mas, por enquanto, ainda não

há sinais dessas obras. Segundo Cantizano, em recente reunião da AmaVila com a Reitoria e membros do Comitê do Plano Diretor, a associação pediu assento no comitê de acompanhamento das obras de revitalização. “O nosso entendimento é que o Plano Diretor, embora seja um projeto distinto do

projeto de dragagem e revitalização dos canais, ambos estão inseridos no mesmo contexto, que é a mudança urbanística da Ilha do Fundão, e não dá para tratar a Vila de forma diferenciada”, explicou.

Cantizano conta que entregou pessoalmente nas mãos do governador um pedido para que o escopo

do projeto—para acompanhamento do cronograma e do orçamento das obras na Vila Residencial—seja disponibilizado para a AmaVila. “Não temos isso e não é possível mandar um projeto goela abaixo da comunidade. Nós conhecemos as características e os problemas da região.”

Foto: Marcos



SÉRGIO CABRAL e Minc vistoriam as obras recém-iniciadas dos canais, na Cidade Universitária

Chapa 2 vence na FND

Ainda antes da meia-noite de quarta-feira, dia 21, a comunidade da Faculdade Nacional de Direito conhecia o resultado da eleição para a direção da unidade. A chapa 2, encabeçada por Flávio Martins e Ana Lúcia Sabadell, foi a vencedora, com 46,66% dos votos contra a chapa 1, com 32,94%.

“Foi uma apuração tranquila. Começou logo após o fim da votação, às 22h do dia 21, e terminou 15 minutos antes da meia-noite.

Votaram um pouco mais da metade dos alunos e quase todos os docentes e funcionários”, informou Marcos Gouveia Figueiredo, representante técnico-administrativo na Comissão Eleitoral.

Números

Votaram 1.473 dos 2.518 alunos; 44 dos 49 docentes e 44 dos 45 funcionários. A chapa 1 recebeu 284 votos dos estudantes, 19 dos professores e 22 dos funcionários.

A chapa 2: 1.117 votos dos estudantes, 23 dos professores e 21 dos funcionários.

Segundo Marcos Gouveia, o anúncio oficial do resultado da eleição está previsto para 48 horas após a apuração. Portanto, será na terça-feira, 27, durante a reunião especial da Congregação que homologará o resultado do pleito.

O resultado publicado nesta edição foi extraído do blog da chapa 2: Gestão Democrática na FND.

Foto: Céceiro Rabello



A PROFESSORA e juíza Salette Maccalóz no momento do voto

Festa de fim de ano do SINTUFRJ

A tradicional festa de confraternização de fim de ano promovida pelo SINTUFRJ já tem data: 17 de dezembro. O período de inscrição para os participantes, incluindo dos dependentes até 12 anos de idade, é de 3 a 20 de novembro.

Como participar

As inscrições podem ser feitas das 9h às 17h, na sede do SINTUFRJ e nas subdeses no HU, Praia Vermelha e IFCS. Somente serão aceitos os dependentes que estiverem relacionados no sistema do Sindicato.

Inscrivam-se, companheiros. A presença de vocês e dos dependentes garante o sucesso desta nossa tradicional festa de todos os finais de ano. Portanto, participe! Muitas surpresas agradáveis estão sendo preparadas pela direção sindical para tornar esse dia especialíssimo para todos nós.

Comemoração da Diseg

A Divisão de Segurança da UFRJ avisa que segue com os preparativos da confraternização do dia 17 de dezembro em comemoração aos 20 anos da turma de concursados de 1989. A data será comemorada no Sítio Jonosake, em Itaguaí, das 7h às 18h. Mais informações falar com Roseni (9128-9416), Barbosa (9164-6561), Vânia (9653-1352) e Selma (3873-5057).

Foto: Divulgação



Nota de falecimento

Com pesar informamos o falecimento do vigilante da Diseg, Jorval de Souza Cunha, no dia 10 de outubro. Seus companheiros de trabalho lamentam a perda do amigo, vítima de câncer no pulmão aos 45 anos de idade.

Dia Nacional de Luta na UFRJ

Assembleia aprova calendário de mobilização

O governo acena com nova carreira à revelia da categoria, mas a ficha não cai

Os trabalhadores presentes à assembleia na segunda-feira, 19, aprovaram a proposta do SINTUFRJ de marcar o Dia Nacional de Luta: 21 de outubro, em defesa da carreira, com palestras e debates sobre assuntos de interesse de todos. Devido à pouca mobilização das bases, a direção sindical não defendeu a realização de paralisação, conforme foi decidido na plenária da Fasubra em setembro. As atividades organizadas pelo Sindicato foram de 21 a 22, na subsele sindical no HU.

A diretoria sindical entende que não existe sindicato sem a base, portanto, sem o comparecimento maciço na assembleia não se encaminha paralisação.

Outra decisão dos trabalhadores foi a realização de assembleia no dia 4 de novembro para eleição dos delegados à plenária nacional estatutária da Fasubra dias 7 e 8 do mês que vem. Também foi deliberado que terão vaga garantida no ônibus do SINTUFRJ ao Encontro Nacional dos Aposentados e Pensionistas dias 10 e 12 de novembro – outra atividade política da Federação – somente os trabalhadores que participaram do Encontro Estadual dos Aposentados das Ifes e dos eventos de mobilização da entidade.

A assembleia deliberou ainda que a 6ª Marcha da Classe Trabalhadora em Brasília no dia 11 de novembro, organizada pela CUT e outras centrais sindicais em defesa da redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas sem redução do salário, será engrossada pelo SINTUFRJ com os trabalhadores que já estarão em Brasília para o encontro dos aposentados e pensionistas. Esta mobilização cutista no Planalto Central visa também pressionar os parlamentares para a aprovação do PL 01/07 (que reajusta os benefícios previdenciários com o mesmo índice de reajuste do salário mínimo); pela aprovação da negociação no serviço público; contra a demissão imotivada; pela retirada dos PLs de terceirização (4.302/98 e 4.330/04); e pela extinção do trabalho escravo no país.

Informes e avaliações

A diretoria do Sindicato informou a categoria sobre a realização conjunta com a PR-4 de atividades comemorativas pelo Dia do Servidor Público que ocorrerão dia 29 de outubro e 5 de novembro. Os diri-



Categoria se reuniu no hall da Reitoria para decidir sobre o calendário de mobilização



Coordenadores-gerais do SINTUFRJ: Francisco de Assis, Jonhson Brás e Iaci Azevedo

gentes sindicais Francisco de Assis, Roberto Gomes, Jonhson Brás e Chantal Russi informaram, respectivamente, sobre a reunião com o reitor no dia 7 de outubro (veja boxe); sobre a participação da entidade na organização da Conferência Estadual de Educação e nas discussões em nível nacional para formulação de proposta do Plano Nacional de Educação, que irá ser aprovado na Conae e valerá até 2010; sobre as ações judiciais; e a respeito da mobilização dos profissionais de manutenção da Praia Vermelha contra a ameaça de serem transferidos para o Fundão.

Indignação

Matéria publicada na página 3 do jornal *O Globo* naquela data com o título “Pente-fino para re-

cuperar R\$ 6 bi”, em que a UFRJ é citada como a universidade que encabeça a lista das Ifes cuja folha de pagamento passará por auditoria, devido apresentar maior número de servidores beneficiados por ações judiciais, provocou manifestações irritadas e indignadas de técnicos-administrativos que participavam da assembleia. A notícia na imprensa e o informe da coordenadora-geral, Iaci Azevedo, sobre a recente reunião da Fasubra com o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Ferreira, reforçaram os apelos da direção sindical para a manutenção da mobilização em defesa de direitos, incluindo a carreira sob ameaça de não ser implantada totalmente e até desconsiderada.

Segundo Iaci, que é também

coordenadora da Fasubra, na reunião com Duvanier Ferreira para discutir o plantão hospitalar, ele informou à Federação que “estava construindo um novo modelo de carreira para a categoria”. Ao que os coordenadores da Fasubra reba-teram reafirmando que a categoria já tem uma carreira e a reivindicação é aprimorá-la, e que constitui uma arbitrariedade do governo tentar acabar com ela, reproduziu a dirigente, chamando a atenção da categoria para a gravidade da situação: “O momento é crítico, o governo quer acabar com a nossa carreira e cortar as nossas conquistas judiciais. Como somos a maior universidade do país e o que fazemos influencia as demais, temos a responsabilidade de iniciar um movimento forte para dar

Reivindicações levada ao reitor

Os coordenadores-gerais do SINTUFRJ, Francisco de Assis, Jonhson Brás e Iaci Azevedo, e o coordenador Roberto Gomes, representando a CIS, se reuniram com o reitor Aloísio Teixeira, o pró-reitor e o superintendente de Pessoal, Luiz Afonso Mariz e Roberto Gambine no dia 10 de outubro. O encontro foi para tratar dos seguintes assuntos: pagamento dos exercícios anteriores dos processos dos bombeiros; saber sobre qual será o encaminhamento adotado pela Reitoria sobre a aprovação pelo Conselho Universitário do parecer que aprova a alteração dos cargos de auxiliares administrativos; conhecer a posição da Reitoria sobre a portaria que regulamenta a jornada de 30 horas de trabalho; a situação dos prestadores de serviço e infraestrutura para funcionamento da CIS e a respeito da documentação da categoria.

um basta nas pretensões do governo.” Iaci encerrou sua participação na assembleia lembrando que em toda a mesa de negociação com a Fasubra, Duvanier insinua que se os aposentados fossem deslocados da carreira, o governo disponibilizaria mais dinheiro para investir nos ativos.

“Devemos estar presentes no ato em Brasília dia 11 de novembro e mostrar ao governo que não nos interessa participar de outra carreira de forma imposta”, defendeu o coordenador-geral do SINTUFRJ, Jonhson Brás. Mas alertou a categoria a ter cuidado com o que a mídia divulga.

O coordenador-geral do Sindicato, Francisco de Assis, afirmou que “a política do governo aponta para reembolso de R\$ 6 bilhões (ele referiu-se aos dados publicados pelo jornal *O Globo*) para provavelmente investir na campanha da Dilma Roussef. Enquanto isso, a categoria cobra o pagamento dos atrasados das ações judiciais, mas o que o governo quer é acabar com essas conquistas”.

Fotos: Cícero Rabello

DIA NACIONAL DE LUTA

Quer se aposentar? Pense duas vezes...

PR-4 e Divisão de Legislação mostram como ficou difícil o servidor se aposentar

A palestra “Como se Aposentar nos Dias de Hoje”, realizada na terça-feira, 20, na subsele sindical no HU, dentro da programação de mobilização do SINTUFRJ pelo Dia Nacional de Luta em defesa da carreira, revelou a triste realidade do servidor público. O tema foi tratado pelo superintendente de Pessoal, Roberto Gambine, e pela diretora da Divisão de Legislação, Gildélia Maria de Oliveira (Gil).

Os coordenadores-gerais do SINTUFRJ, Francisco de Assis e Iaci Azevedo, abriram a atividade. Francisco disse esperar que os presentes pudessem ser multiplicadores em suas bases das informações passadas pelos palestrantes. Iaci ironizou as mudanças ocorridas na aposentadoria: “São tantas emendas disso e daquilo que a gente só vê nosso salário indo embora.”

Fim das garantias

Gambine fez um histórico sobre o que levou à supressão de tantos direitos. Ele disse que com a adoção do ideário neoliberal — quando o mercado e as leis de oferta e procura passaram a regular a vida econômica e social do país — os governos acabaram com uma série de garantias de proteção social, flexibilizando direitos trabalhistas, aumentando o desemprego, a terceirização e as privatizações.

Mas o setor privado, ainda não satisfeito, pôs olho gordo num grande negócio em potencial, que arrecada todo mês uma parte dos salários da classe trabalhadora: a Previdência Social.

Aos poucos, então, segundo Gambine, setores privatistas instalados nos governos foram sedimentando o caminho com alteração nas leis. A primeira grande derrota do movimento sindical foi a mudança, ocorrida em 1998, da contagem de tempo de serviço para a aposentadoria por tempo de contribuição. Depois, fo-

ram as emendas na Constituição de 1988, que impuseram mudanças radicais no sistema de concessão de aposentadoria, em particular para os servidores públicos.

A diretora de Legislação da UFRJ, Gil, explicou as mudanças com as emendas constitucionais: a de número 20, de 16 de dezembro de 1998, que fixou a exigência de, além da contagem de tempo de contribuição, idade mínima, tempo na carreira e no cargo. Ou seja, se tiver tempo mas não a idade, o servidor não se aposenta.

Se o servidor se aposenta por invalidez ou de forma compulsória (ao completar 70 anos), a situação é ainda mais cruel. No caso de invalidez, é considerada a média dos últimos salários e aplicado um fator previdenciário que reduz drasticamente o salário.

Emenda 41

Mas, frisou Gil, a situação piorou em 31 de dezembro de 2003, com a Emenda Constitucional 41, que exige o cumprimento de vários requisitos para o servidor se aposentar: tempo de contribuição, tempo de serviço público, idade mínima, tempo na carreira e no cargo.

Por essa emenda, se o servidor tem 35 anos de trabalho, 60 anos de idade, 10 anos de carreira, tempo no cargo mas não tem tempo completo no serviço público (mesmo somado tempo prestado no estado e no município) não se aposenta.

Emenda 47

A Emenda 47, explicou Gil, além de exigir a idade mínima de 55 anos para mulher, 60 para homens, 35 anos de trabalho para homens e 30 para mulheres, aumenta o tempo mínimo no serviço público: de 20 anos para 25 e, em vez de 10 anos na carreira, exige 15 para os homens.

Perda de salário

As mudanças na legislação foram restringindo as condições para aposentadoria, a tal ponto que a cada ano antes da idade mínima que a pessoa pede aposentadoria, perde 5% do salário, além do dinheiro que perde em função do cálculo da média dos salários dos últimos anos. As restrições aplicam-se também àquele servidor que chegou aos 70 anos (compulsória) sem completar alguns dos requisitos exigidos. Em ambos os casos, a queda no salário é sensível.

“O caso da invalidez é o que mais dói para a gente”, lamenta Gil, argumentando, “porque ninguém tem culpa por ficar doente”. Nesse caso, se o servidor não tem direito à aposentadoria integral, será apurada a média dos salários dos últimos 80 meses. E se a aposentadoria for proporcional, o resultado é dividido pelo número de anos trabalhados. “Tem servidor que ganhava R\$ 3 mil e que chegou a um salário de R\$ 600. Houve até casos em que foi necessário complementação do salário mínimo”, disse Gil, mas explicando que a Divisão busca todos os direitos possíveis para recompor um pouco essa perda.

O servidor nestas condições so-

fre perdas enormes no salário. E se vier a falecer, a pensionista ainda tem um corte de 30% do valor do provento. Além disso, lembrou Gil, os reajustes entram no esquema do Regime Geral da Previdência, totalmente diferente do regime de aumentos dos servidores. “É muito difícil a situação de quem se aposenta pela média”, resume.

Mil dúvidas

As inúmeras perguntas refletiram que ainda há muito o que se falar para esclarecer a todos de seus direitos. “Eu estou em pânico”, brincou Maria da Luz, perguntando os requisitos para a aposentadoria voluntária.

Gil explicou que para a aposentadoria integral é exigido, no caso da mulher, 55 anos de idade, 30 de contribuição, 20 no serviço público, 10 anos na carreira e 5 no cargo.

O coordenador do SINTUFRJ, Carlos Pereira, lembrou uma frase de um dirigente da Fasubra: “Funcionário público não pode adoecer e não pode morrer.” Baiano cobrou a atuação do movimento e das centrais sindicais. Francisco Carlos, da direção estadual da CUT, disse que levaria a questão para reunião com a executiva da Central.

Apelo aos chefes

Gil fez um apelo aos chefes de Pessoal para que não deixem para a última hora o processo das pessoas que completam 70 anos, porque isso tira a possibilidade da Divisão estudar meios de melhorar as condições da aposentadoria. Como, por exemplo, buscar comprovação de tempo de contribuição ou de serviço para completar a integralidade. Depois que alcança os 70 anos, o servidor cai na compulsória e não há mais o que considerar.

Ela também orientou os servidores para não deixar de providenciar o assentamento de dependentes, porque se vierem a falecer é muito complexo o processo de comprovação. O aviso vale ainda para quem tem filhos em situação especial: se o pai não registrar a condição dele na instituição, se vier a falecer, o filho perde a pensão.

Cartilha explicativa

Roberto Gambine informou que é intenção da PR-4 organizar todas as informações sobre a aposentadoria do servidor numa cartilha, para uso dos chefes de Pessoal e dos trabalhadores da universidade. O material informativo também ficará disponível na página da Pró-Reitoria de Pessoal na internet.

Foto: Cicero Rabello



IACI, Gildélia e Roberto Gambine expõem as dificuldades para a aposentadoria do servidor

Reitor também critica mudanças

“O conjunto de mudanças na Constituição em relação à aposentadoria foi muito negativo para os servidores públicos. Foram tomados meios para flexibilizar o processo e retirar direitos”, afirmou o reitor Aloísio Teixeira em resposta à pergunta do coordenador-geral do SINTUFRJ, Francisco de Assis, durante a aula que proferiu no ciclo de palestras “Elementos para a construção da cidadania e do serviço público: do consumo à inatividade”, dia 13 de outubro, na Praia Vermelha.

O evento fez parte do curso de capacitação promovido pela Ouvidoria-Geral da UFRJ, em parceria com a Defensoria Pública da União e com o apoio da Coordenação de Desenvolvimento Profissional (Codep), da Pró-Reitoria de Pessoal. Aloísio falou sobre “O direito à aposentadoria” e abordou a proteção aos direitos sociais da Constituição Federal de 1988, pois foi a primeira a tratar da seguridade social. O reitor participou ativamente — na época era secretário-

geral do Ministério da Previdência e Assistência Social — da construção do capítulo dos Direitos Sociais no Título II, que trata Dos Direitos e Garantias Fundamentais.

Déficit inventado

O reitor explicou que os direitos e benefícios da categoria não estão inseridos no capítulo da seguridade social, mas no da organização do Estado. Mas, hoje, com as mudanças, criou-se uma confusão tanto para os trabalhadores do se-

tor privado quanto para os servidores públicos. Com base nesse argumento, ele respondeu mais especificamente à indagação do dirigente sindical Francisco de Assis sobre a aposentadoria por invalidez: “Só pelo artigo 40 dá para ver que foi uma mudança radical”, disse.

Segundo Aloísio, o que caracteriza a seguridade é a universalização. “É universal? Então todos têm direito. E isso não existia antes de 1988. Sobre o déficit da Previdência Social, afirmou que é uma das

mentiras mais bem construídas da história da República. Explicou que se trata de como se faz os cálculos e citou um estudo rigoroso da professora de Finanças Públicas, do Instituto de Economia, Denise Gentil. “Ela fez as contas e deu superávit!” Aloísio, que é economista, informou que o “déficit” é decorrente de uma conta que só considera uma das receitas, e também porque são incluídos nas despesas previdenciárias os encargos previdenciários da União.

DIA NACIONAL DE LUTA

SINTUFRJ realiza debate sobre o pré-sal

Especialistas são didáticos nas explicações sobre esse novo patrimônio do povo brasileiro



Fotos: Cicero Rabello



MESA: Henrique Jager e Paulo Metri, palestrantes; coordenadores de Aposentados do SINTUFRJ: Marylena Salazar, Petrolina Diniz e Arnaldo Bandeira

NA FOTO ao lado, Paulo Metri mostra o mapa com a área total do pré-sal: 112.000 km²

Se em Brasília discute-se a exploração da camada pré-sal descoberta na costa brasileira, a população e a sociedade passam ao largo do debate. O SINTUFRJ, com o objetivo de explicar o que estas reservas de petróleo significam para o país e a necessidade de envolvimento dos trabalhadores na defesa deste patrimônio brasileiro, promoveu um debate, tendo como convidados o diretor da Associação dos Engenheiros da Petrobras, Paulo Metri, e o economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e assessor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), Henrique Jager. A atividade foi realizada no encontro mensal dos aposentados, dia 21, pela manhã, na subsele sindical no HU.

O debate, que foi iniciado com explicações didáticas dos palestrantes, foi rico e elucidativo, muito elogiado por dirigentes do Sindicato e pela categoria presente. E chamou a atenção para os desafios expostos pelos especialistas para os trabalhadores e a sociedade. “Estamos num momento único. Temos uma grande riqueza que pode ser mal ou bem utilizada. A maneira correta é usar para o bem do povo, e para isso é preciso romper com a nossa inércia e ir

para a rua. É um desafio coletivo. E também porque não podemos vincular o futuro da nação a um governo simplesmente”, alertou Henrique Jager.

“Os brasileiros deram um show na época da campanha do Petróleo É Nosso. E criou-se toda uma bagagem com a Petrobras que estamos usufruindo agora. A descoberta do pré-sal segue o mesmo caminho. É para as gerações futuras”, acrescentou Paulo Metri.

O que é o pré-sal

O termo pré-sal é utilizado para qualquer descoberta em reservatórios sob as camadas de sal em bacias sedimentares brasileiras. São reservas de petróleo aprisionadas em rochas-reservatórios há milhões de anos, abaixo de uma profunda camada de sal no subsolo marítimo, sendo preciso alta tecnologia para a prospecção, da qual a Petrobras é pioneira.

As reservas encontradas no litoral brasileiro, que se estende do estado do Espírito Santo ao de Santa Catarina, são estimadas em US\$ 5 trilhões, em área marítima considerada economicamente exclusiva do Brasil. O tamanho da descoberta estima uma produção de 80 a 200 bilhões de barris de petróleo.

Segundo Henrique Jager, é a maior descoberta de petróleo dos últimos 30 anos.

Quando as reservas forem confirmadas, o Brasil passa a ser o 5º ou 2º país do mundo em termos de reservas de petróleo. A exploração e seus efeitos são investimentos para o futuro, mas os especialistas Paulo Metri e Henrique Jager garantem que devem ser garantidos agora, para o bem do país e das gerações futuras.

Projetos e mobilização

As discussões estão limitadas ao Congresso Nacional sobre os projetos de lei para regulamentar a exploração e destinação dos recursos do pré-sal através do regime de partilha (PLs 5.938/09 e 2.502/07). No modelo de partilha, o Estado continua dono do petróleo produzido. As empresas são ressarcidas pelos custos da atividade, mas têm de dividir o que for produzido com o Poder Público. Aquela que oferecer o maior percentual de partilha com a União vence os leilões para a exploração do pré-sal.

O governo federal propõe a capitalização da Petrobras (PL 5.941/09), a criação do Fundo Social para destinar os recursos do pré-sal para as áreas da Saúde, Previdência, Desenvolvimen-

to Social e Meio Ambiente (PL 5.940/09).

A criação de uma nova estatal – a Petro-Sal (PL 5.939/09) – seria destinada à exploração direta do petróleo, principalmente à administração dos megacampo e à contratação de empresas petrolíferas para explorá-las em parceria com a Petrobras.

Henrique Jager afirma que a situação no mundo é esta, a maior parte do controle das reservas mundiais de petróleo está nas mãos de empresas públicas ou estatais. Por isso, o investimento na Petrobras e a criação da Petro-Sal por parte do governo, pelo menos nesta questão, para ele estão corretos.

Os partidos políticos de oposição ao governo Lula, Federações de Indústrias, setor financeiro e multinacionais petrolíferas defendem a manutenção do atual modelo de concessão, que é um modelo que beneficia o capital e as empresas privadas. Segundo Metri e Jager, ataca-se a Petrobras, que detém toda a tecnologia para exploração em águas profundas, para exatamente perpetuar o ciclo de exploração das riquezas brasileiras. “Defendemos o retorno do monopólio, que o Estado volte a controlar 100% das reservas, porque é um recurso estratégico”, explica Jager.

Soberania nacional

Os movimentos sociais propõem uma nova legislação que garanta a soberania nacional sobre o petróleo, isto é, restabelece o monopólio estatal da Petrobras. O projeto de lei foi apresentado à Câmara dos Deputados dia 27 de agosto (PL 5.891/09) e está sendo analisado conjuntamente com o projeto do governo federal.

No Senado, a proposta dos movimentos sociais foi apresentada à Comissão de Legislação Participativa e Direitos Humanos. No dia 4 de novembro caravanas com estudantes, trabalhadores de diversas categorias e militantes populares estarão em Brasília para uma grande audiência pública para debater a proposta dos movimentos sociais.

A Federação Única dos Petroleiros (FUP) propôs o PL e está à frente da campanha O Pré-Sal É Nosso. Dentre as propostas do projeto estão:

- O Fundo Social Soberano (rendimentos do petróleo em favor da população, importância da destinação dos rendimentos ser fixada em Lei, controle social).

- O Monopólio Estatal do Petróleo (opções estratégicas das nações periféricas, cancelar os leilões do pré-sal).

- A Petrobras Pública (afirmação da presença do Estado, Petrobras sob controle da administração pública, ANP e fiscalização).

Em debate:

- Qual será o modelo de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural no Brasil?

- Quem vai controlar as gigantescas reservas de petróleo do país?

- Como o Estado brasileiro vai utilizar os trilhões de dólares originários da exploração destas reservas de petróleo e gás natural do pré-sal?

DIA NACIONAL DE LUTA

Aumentam casos de assédio moral na UFRJ

Muitas vezes a disponibilidade é um ato de humilhação imposto ao servidor

Palestra e debate sobre assédio moral na UFRJ, realizados na quinta-feira, 22, na subsele sindical no HU, fechou o calendário de mobilização do SINTUFRJ aprovado pela categoria na assembleia de segunda-feira, 19. O evento reuniu duas pesquisadoras do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (Iesc), a técnica-administrativa Luciene Lacerda e a professora Terezinha Souza, e a ex-coordenadora do programa de psicologia da Divisão de Saúde do Trabalhador (DVST), Alzira das Neves Monteiro.

O assunto foi pautado pelo SINTUFRJ devido ao crescente número de servidores que procuram a entidade para denunciar perseguições de chefias e outros superiores nas unidades. Mas o maior problema tem sido caracterizar ou distinguir o assédio moral de outras arbitrariedades praticadas contra a dignidade do trabalhador. E isso dificulta, segundo a direção da entidade, o encaminhamento jurídico ágil e até a eficácia das providências.

Pesquisa

O Iesc saiu na frente no estudo da questão. Desde 2007, o Instituto pesquisa o assédio moral nos oito hospitais da universidade. A escolha desses locais de trabalho para realização da pesquisa foi baseada na definição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de que no setor de saúde, devido à existência de várias hierarquias de chefias, é onde ocorre mais assédio moral.

Segundo as expositoras do projeto, Luciene e Terezinha, a equipe tem enfrentado dificuldades para realização do trabalho, principalmente devido ao temor dos trabalhadores de se exporem e à ingerência de alguns chefes, embora o questionário aplicado não identificar o pesquisado e nem ser respondido apenas por quem sofre ou já sofreu qualquer perseguição.

Serão ouvidos cerca de mil profissionais: 30% dos trabalhadores de cada unidade hospitalar. Também estão sendo entrevistadas pessoas que se dizem vítimas de assédio moral nessas unidades e "informantes-chave", que são aqueles que, entre suas tarefas, são responsáveis por ouvir queixas dos que sofreram assédio: chefes e diretores de Recursos Humanos das unidades, dirigentes sindicais e advogados das entidades de classe (do SINTUFRJ e Adufrj), ouvidorias (da UFRJ e das unidades), DVST e PR-4.

Em dezembro, o Iesc realiza seminário para apresentar o resultado da pesquisa, e no mês de maio,

uma conferência internacional com a equipe da pesquisadora pioneira no assunto no país, Margarida Barreto. Mas antes disso, em novembro, os integrantes do projeto irão discutir com uma comissão da Fiocruz uma proposta para a UFRJ e os sindicatos cobrirem este tipo de violência na instituição. Segundo Luciene Lacerda, a expectativa é que as entidades sindicais contribuam para a formulação dessa proposta. Todas as quartas-feiras, na sala 19, as pesquisadoras atendem os servidores vítimas de assédio moral. O Instituto fica próximo à Prefeitura da UFRJ, na Ilha no Fundão.

Viveu na carne

A psicóloga Alzira das Neves Monteiro, que há seis meses foi afastada da DVST e depois de 32 anos de trabalho na UFRJ vive a triste experiência da disponibilidade, pontuou sua palestra com depoimento pessoal. "Fui vítima de assédio moral trabalhando com saúde do trabalhador. Nunca sequer me disseram as razões da minha destituição do trabalho que realizava e até hoje minha situação é indefinida", disse.

Um dos problemas vividos pelo assediado, segundo Alzira, é o medo de ser rechaçado pelos colegas. O assédio, disse, é praticado não apenas por chefes, mas por assessores e puxa-sacos das chefias. Como não podem demitir, fazem a política da humilhação. E só com trato sindical é que os donos do poder vão recuar.

Alzira relatou que o assédio contra ela começou na DVST com

a depreciação do trabalho que realizava com os pacientes. Como aplicava a metodologia de psicodrama, era ridicularizada por utilizar colchonetes e almofadas nas sessões em grupo. "As afrontas foram por etapas e não repetidas, conforme é caracterizado o assédio moral, mas atingiam todos os trabalhadores que dependiam do meu serviço". Outro aspecto de assédio moral, segundo a psicóloga, é a falta de condições de trabalho: "A UFRJ escolheu a beira do manguê para instalar a DVST."

Uma forma de humilhar o trabalhador, disse Alzira, é dar a ele uma tarefa sabendo que não está capacitado para realizá-la. Segundo a psicóloga, as pessoas se afastam de quem está sofrendo assédio moral. A vítima adoce, transparece na face, no olhar a violência que lhe está sendo impingida. "Eu só tive consciência da gravidade do fato quando aconteceu comigo", admitiu, acrescentando que no serviço público a disponibilidade é usada como instrumento de punição e não para promover a movimentação do servidor na instituição.

Mais um caso

O depoimento do produtor cultural Nicolas Alexandria Pinheiro, que ingressou por concurso na UFRJ em novembro de 2008, sendo designado para trabalhar na Casa da Ciência e meses depois foi posto em disponibilidade, chamou a

atenção das pesquisadoras do Iesc. O profissional contou que foi recebido no órgão com rispidez, e quando apresentou uma proposta de trabalho, foi informado que a Casa funcionava como uma grande família. Ao propor uma reunião com os 15 produtores culturais recém-concursados, teria sido avisado pela diretora que "tomasse cuidado, porque estava em estágio probatório e a sua cabeça seria caçada". E ao ser posto em disponibilidade ouviu: "Agora você vai fazer suas reivindicações no gancho."

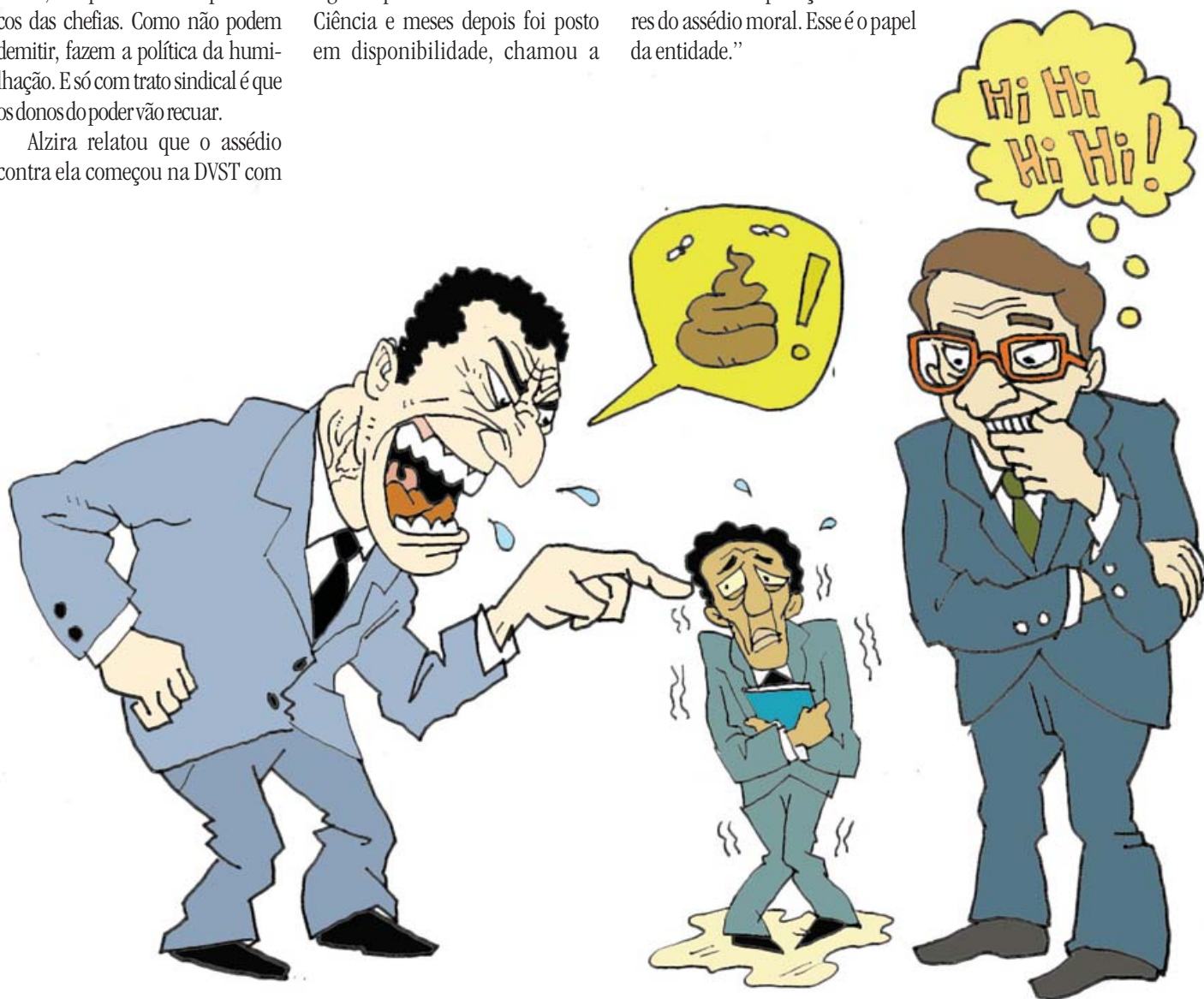
Posição do SINTUFRJ

Os coordenadores-gerais do Sindicato Francisco de Assis e Jonhson Brás, que participaram da mesa de debate se manifestaram em nome da entidade.

Assis afirmou que quando um servidor é posto em disponibilidade, a instituição também é penalizada. Admitiu que há divergências sobre a definição de assédio moral dentro do Sindicato, mas acrescentou que a diretoria quer conhecer melhor a questão para encaminhar contra este tipo de violência ao trabalhador e não assediar funcionários. E prometeu: "O SINTUFRJ vai atuar com mais rigor e, inclusive, utilizará o espaço do Conselho Universitário e a Lei da Carreira da categoria para exigir da UFRJ uma atitude firme de punição aos autores do assédio moral. Esse é o papel da entidade."

O dirigente também elogiou o trabalho do Iesc: "Observamos a importância da pesquisa e temos ajudado a equipe do Instituto com a infraestrutura. Mas a entidade de classe não pode ser financiadora de pesquisa; esta tarefa cabe à instituição, e o Sindicato com a sua força deve obrigar a universidade a exercer seu papel, porque o projeto é importante para os servidores e a sociedade."

"Por tudo o que ouvimos e até pelo esvaziamento da atividade, o assédio moral é um ato muito grave praticado contra o trabalhador. É preciso que tenhamos uma estratégia de produção de provas para a reparação do servidor e a punição dos culpados", afirmou Jonhson Brás. Ele recomendou que o servidor faça por escrito o relato dos fatos e ao falar com o chefe leve testemunhas, acrescentando: "A pior estratégia da vítima de assédio é se isolar do convívio do trabalho com licença médica. Ele tem de ser forte, senão cada vez mais se expõe ao assédio." Na opinião do dirigente, "qualquer ato que iniba o trabalhador em público pode estar tipificado no Código Penal como injúria, difamação, ameaça ou calúnia, podendo gerar ação de indenização por danos morais. Diferente do assédio moral, cujos atos têm de ser continuados."



Categoria tem direito reconhecido pela Congregação

Órgão aprovou ampliação da bancada, mas falta definir o número de representantes

A luta dos técnicos-administrativos em educação (TAEs) do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) pelo direito à ampliação de sua representação avançou. Na última reunião da Congregação, dia 22, o colegiado aprovou a ampliação, mas remeteu a definição do quantitativo para os servidores e estudantes. Somente após a apresentação de uma proposta dos segmentos a Congregação irá deliberar sobre a questão.

Os TAEs farão uma nova assembleia para avaliação e os estudantes se organizam. Os Centros Acadêmicos (CAs) de Ciências Sociais e de História fizeram reuniões semana passada. Seus representantes e o do CA de Filosofia foram os que participaram da reunião da Congregação no dia 22. Agora, os dois segmentos procuram uma forma de agregar as representações dos estudantes existentes na Congregação e realizar assembleia ou reunião conjunta.

O debate sobre o tema foi profundo e produtivo, assim como reconhecido que era ínfima a representação dos TAEs na Congregação. Pelo parecer apresentado pela comissão designada pela Congregação, os professores têm direito a 35 representantes os estudantes a 15 e os funcionários a apenas 1. Essa situação foi criticada pelo coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Marco Antônio Gonçalves, que afirmou: “Os técnicos estão sub-representados. Estamos vendo isso aqui!”

Parecer

Quem expôs o parecer da comissão foi o relator, professor Marco Aurélio Santana. Ele fez um histórico do processo — uma comissão anterior já havia iniciado o trabalho —, relatou as reuniões realizadas e a assembleia dos TAEs para se chegar a um consenso.

O relator informou que diante da criação do Instituto de História, o IFCS terá um redesenho institucional, e assim a reivindicação poderia ser associada à nova realidade, com novos números e um novo recálculo das representações. Marco Antônio procurou minimizar o parecer e acenou com alternativas, afirmando que o parecer não era um obstáculo a qualquer proposta ou posição colocada naquele momento no colegiado:

“Este será alvo de análise pela Congregação, sem falar na justiça e na legitimidade da proposta dos servidores. Tenho posição pessoal pela ampliação e participação dos segmentos”.

Com isso, o relator apresentou alguns cenários e argumentou que

não se poderia aumentar efetivamente a participação dos servidores sem que outros segmentos fossem alterados. Esta análise, segundo ele, teve como base a LDB, Regimento da UFRJ e da Congregação, como também Nota Técnica do MEC. “Uma das possibilidades é uma reunião entre os TAEs e os estudantes para que discutam os 30% que lhes cabem”, disse. Outra possibilidade seria a definição do número e a votação da ampliação. E a terceira seria o encaminhamento do parecer, isto é, a ampliação seria feita quando do redimensionamento institucional do IFCS.

TAEs

O representante dos servidores na Congregação, Flávio Pacheco, informou sobre a decisão da assembleia dos funcionários do IFCS realizada dia 19 de outubro, com a presença do coordenador de Comunicação do SINTUFRJ e representante da categoria no Conselho Universitário, Jefferson Salazar.

Flávio Pacheco leu o documento aprovado por unanimidade na assembleia, o qual reafirma a aprovação e o reconhecimento pela

Congregação ao direito pleno dos TAEs para debater as alterações institucionais em curso e as eleições para a nova direção. Ele encaminhou o documento para compor o processo na Congregação.

Em sua fala, Flávio reiterou a luta da categoria pela representação nos colegiados da universidade: “Não é só do IFCS, é uma luta que remonta há mais de 25 anos. O nosso princípio é a gestão democrática e a paridade, mas aqui estamos reivindicando o mínimo, pois a legislação determina 70% para docentes e 30% (entre estudantes e TAEs). E isto está acontecendo em outras unidades da UFRJ.”

Sobre a argumentação do relator Marco Aurélio Santana em relação à legislação, o representante dos TAEs disse: “O Decreto-Lei de 1967 número 60.455-A que institui o IFCS foi revogado pelo Decreto 03 em 1991, e desde então não temos regimento oficialmente.” O relator Marco Aurélio rebateu e o técnico-administrativo Marcelo Victorino foi categórico: “Nossa política baseia-se no sentimento de pertencimento à instituição com direito à representação. Queremos trabalhar construindo políticas de-

finidas em conjunto. Por isso, queremos o nosso direito de participar dos processos decisórios e aqui está o espaço.”

No debate, os professores Liana Cardoso, Eliana Pessanha e Charles Pessanha defenderam que se chegasse a uma solução para atender à justa reivindicação dos TAEs, mas com o cuidado de não ser motivo para contestação futura ou atropelar o direito de representação dos outros segmentos. O estudante Raphael Botelho, do CA de História, propôs a paridade entre estudantes e funcionários na Congregação, isto é, 15% respectivamente.

Nesta que envolveu muitos dos participantes, chegou-se ao consenso de que a Congregação não poderia impor números aos segmentos. A diretora do IFCS, Jesse Jane, que presidiu a Congregação, sugeriu que houvesse uma negociação entre estudantes e TAEs para chegarem a um consenso, para que numa próxima reunião do colegiado a questão fosse deliberada.

Assembleia ratifica a luta

Na assembleia que antecedeu a

reunião da Congregação, dia 19, os TAEs aprovaram por unanimidade o reconhecimento da representação plena pela Congregação. E, se em caso de negativa, levariam a questão até a máxima instância de decisão da universidade: o Conselho Universitário. A garantia da apresentação da questão no Consuni foi dada pelo coordenador Jefferson. Ele afirmou que, além de ser uma luta histórica da categoria, vem reiteradamente colocando no Consuni a necessidade de uma sistematização pelo colegiado para que os demais órgãos consultivos e deliberativos adaptem seus regimentos para garantir a participação plena dos segmentos em toda a universidade.

Luta histórica

A ocupação dos espaços de decisão na UFRJ pelos técnicos-administrativos é uma luta histórica do SINTUFRJ. A vitória dos trabalhadores do IFCS é uma prova de que sempre vale a pena lutar por nossos direitos na instituição. Foram inúmeras reuniões da categoria com a presença do Sindicato até este objetivo ser alcançado no IFCS.



REUNIÃO da Congregação: relator Marco Antônio (ao centro) apoia reivindicação dos técnicos-administrativos

Eleição para direção será paritária

A Congregação definiu dois pontos importantes para a eleição da próxima direção do IFCS: o calendário e a forma de consulta à comunidade. A inscrição dos candidatos será feita até o dia 18 de novembro, com debates pela manhã e à tarde no dia 21 e a realização da eleição nos dias 22, 23 e 24 de novembro.

A forma da consulta será paritária, isto é, com peso de um terço para cada segmento. A proposta de se manter a tradição histórica do IFCS de fazer a consulta paritária partiu do técnico-administrativo Marcelo Victorino. A comissão eleitoral, que é paritária, ainda será formada, pois depende da indicação dos representantes TAEs e representantes discentes. A todo são seis componentes, dois de cada segmento.

Extensão mostra relevância da categoria

Regina Dantas, do Museu Nacional, é um exemplo de excelência na UFRJ e de inspiração

Dois eventos movimentaram a UFRJ no início do mês: a XXXI Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Artística e Cultural (JIC) e o VI Congresso de Extensão da UFRJ. Foram mais de 3 mil trabalhos de iniciação científica e 340 de extensão apresentados, entre 5 e 9 de outubro, nos corredores e salas do CT, CCMN, CLA, CCS, CCJE, CFCH e Museu Nacional.

Este é o segundo ano que a JIC e o Congresso de Extensão ocorrem simultaneamente, e a participação dos técnicos-administrativos em educação (TAEs) afirma-se a cada ano. A abertura, dia 5, no auditório do Centro Cultural Horácio Macedo (CCMN) possibilitou à categoria provar sua relevância para a UFRJ.

O VI Congresso de Extensão, organizado pela Pró-Reitoria de Extensão, foi palco para a identificação de talentos existentes na UFRJ. A importância do evento está na oportunidade de os alunos, orientados por docentes ou técnicos-administrativos em educação apresentarem criativos trabalhos que proporcionem a ligação entre a universidade e a sociedade.

Coautora de projetos

Foi neste cenário que identificamos trabalhos orientados por técnicos-administrativos em educação envolvidos com pesquisa e ensino, comprovando que a cate-

goria desenvolve atividades de relevância para o desenvolvimento dos alunos e do objetivo social da universidade. O trabalho “De Pijama no Museu” – desenvolvido pelos alunos de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Flávio Morgado e Paulo Vinicius Aprígio (ambos orientados pela servidora Regina Dantas, historiadora do Museu Nacional) –, é um exemplo.

Regina ingressou na UFRJ em 1985 e atua no Museu desde 1994 desenvolvendo pesquisas sobre a história do Paço de São Cristóvão (o palácio que abriga o Museu Nacional) e sobre a própria instituição científica. São duas histórias relevantes (Paço de São Cristóvão e Museu Nacional) que estão sendo reconstruídas pela pesquisadora envolvida com projetos e articulando alunos do curso de graduação em História como estagiários da instituição.

Atuando na seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional desde

1996, a historiadora vem desenvolvendo um trabalho que inicialmente identificava as marcas da monarquia no palácio para dar eco à história da antiga casa real e imperial. A partir de 2004, as atividades de pesquisa foram fortalecidas pela participação de alunos do Colégio Pedro II (Programa de Iniciação Científica Júnior), o que proporcionou a busca por objetos que pertenceram ao antigo Paço de São Cristóvão. Nessa ocasião foi criado o projeto Guia do Levantamento Histórico e Científico dos Objetos de D. Pedro II Existentes no Museu Nacional.

Cada vez mais necessária

Em 2007, a dissertação de mestrado de Regina intitulada “A Casa do Imperador: Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional”, possibilitou ao Museu apresentar ao público espaços da antiga residência dos monarcas e o cotidiano da casa no período de D. Pedro II, e objetos e artefatos que caracteri-

zam a sua utilização como espaço de ciências (a descoberta do museu de D. Pedro II que ali existiu), antes mesmo do local sediar o atual Museu Nacional em 1892. Em 2008, a historiadora passou a ser doutoranda do curso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia/UFRJ para dar continuidade às pesquisas sobre a história do Museu Nacional.

A oportunidade de articular a pesquisa às atividades de extensão surgiu quando o diretor do Museu Nacional foi informado que a instituição seria tema de uma escola de samba carioca do grupo C. Imediatamente, a dissertação de mestrado de Regina foi utilizada para auxiliar todo o trabalho desenvolvido pela agremiação carnavalesca para apresentar a história da instituição científica e suas áreas do conhecimento desde a chegada da corte portuguesa ao Brasil. Após esse evento, com a utilização da dissertação, a história do antigo Paço de São Cristóvão e seus personagens passou a fazer parte do discurso oficial da instituição.

A partir de 2008, o projeto de extensão Popularizando a História do Brasil no Museu Nacional, que utiliza a pesquisa para a realização de palestras aos visitantes da exposição, entre outras atividades, Regina foi convidada para participar do projeto do professor paleontólogo Alex Kellner, idealizador do projeto “De Pijama no Museu”, especificamente na elaboração do roteiro histórico para a participação de personagens da antiga residência (D. João VI, D. Carlota Joaquina, D. Maria e escravos) e seu cotidiano, para apresentar a antiga residência e sua transformação na atual instituição científica. “Diante do desafio, incentivamos a utilização de alunos da UFRJ de várias áreas do conhecimento para darem vida às diferentes salas da exposição, utilizando como incentivo o filme *Uma noite no museu*”, explica Regina.

“De Pijama no Museu”

Professores do Museu Nacional desenvolveram, em caráter experi-

mental, o evento “De Pijama no Museu” para que as salas das exposições permanentes fossem visitadas no período noturno por alunos do ensino fundamental da rede pública. A ideia de crianças passarem a noite no Museu foi pensada a exemplo de outras instituições, como o Museu do Universo, da Fundação Planetário, no Rio de Janeiro, o Museu Nacional de História Natural, em Lisboa, e o Museum of Science, em Boston. Com o objetivo de divulgar as áreas do conhecimento existentes na instituição, foi aprovada a apresentação do Museu Nacional aos futuros pesquisadores (alunos), através de personagens da História do Brasil.

O evento foi vinculado ao projeto de extensão Popularizando a História do Brasil no Museu Nacional, para que personagens da família real contassem a trajetória do Museu Real e a transformação em Museu Nacional, apresentando suas principais pesquisas nas áreas de antropologia, arqueologia, geologia e paleontologia. O projeto foi realizado e contou com o patrocínio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Vinte alunos do CAp da Uerj por noite, em três sábados, participaram da experiência.

Vinte anos de pesquisa

O resultado da apresentação no VI Congresso de Extensão foi tornar público o envolvimento de longos anos de pesquisa da historiadora com os alunos de graduação do IFCS, a articulação com diferentes alunos da UFRJ apresentando a história e a instituição a estudantes da rede pública de forma inédita e animada. Cabe ressaltar que Paulo Vinicius Aprígio, um dos integrantes do trabalho, iniciou a interação com a pesquisadora desde quando era aluno do Colégio Pedro II, ou seja, foi motivado a cursar História através da Iniciação Científica Júnior que Regina Dantas coordenava.



TRABALHOS foram expostos em corredores e salas das unidades



Fotos: Cicero Rabello

REGINA DANTAS: vinte anos de pesquisa e competência que inspiram novas gerações. Paulo Vinicius (ao lado), ex-aluno do Pedro II e estudante de História da UFRJ, é um exemplo

A determinação de uma trabalhadora

Regina Dantas, além de historiadora do Museu Nacional e doutoranda do curso de História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, é professora colaboradora do curso de graduação em Biblioteconomia e Unidades de Gestão de Informação

da UFRJ. Atualmente desenvolve a função de superintendente administrativa da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.

Regina ensina que a trajetória não é curta e nem fácil, exigindo determinação. Esta determinação para Regina é “a ideia

fixa de realizar os estudos sem desistir”. A historiadora diz que é de “uma época da UFRJ em que era muito difícil o servidor técnico-administrativo ser dispensado para estudar dentro do horário de expediente. Mas que hoje é diferente, e a categoria tem oportu-

nidades de participar de congressos, apresentar trabalhos e de fazer cursos de curta, média e longa duração, com o apoio da Pró-Reitoria de Pessoal, e também conquistou o direito de coordenar projetos de extensão (com bolsas) e de pesquisa.”

Regina finaliza afirmando:

“Somos parte integrante de uma importante instituição acadêmica brasileira; logo, também podemos usufruir de seus cursos, criarmos e coordenarmos projetos. Esses talvez sejam alguns dos privilégios de se trabalhar em uma universidade.”